

Cartão de Crédito		Oferta (R\$)
Parcelas	Juros	Básico
01	sem juros	6.501,63
02	sem juros	3.250,81
03	sem juros	2.167,21
04	sem juros	1.625,40
05	sem juros	1.300,32
06	sem juros	1.083,60
07	sem juros	928,80
08	sem juros	812,70
09	sem juros	722,40
10	sem juros	650,16

DESCONTO EM OUTROS PRODUTOS

Contratando o Allianz Auto, você tem condições especiais nos seguros **Allianz Residência e Acidentes Pessoais Individual**. Aproveite e proteja tudo o que mais importa para você. Fale com seu Corretor.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aceitação do Risco: A realização desta cotação não pressupõe a aceitação do risco pela seguradora. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco. A proposta poderá ser recusada dentro do prazo de 15 dias, a partir da data do protocolo de recebimento da proposta. Esta cotação não tem validade para contratação por qualquer Órgão da Administração Pública. Esta cotação foi efetuada com base nas informações apresentadas no pedido de cotação. Eventuais divergências, alterações de informações, incluindo data de vigência ou, ainda, parecer desfavorável apurada na inspeção de risco realizada entre a data da cotação e do início de vigência, poderão gerar modificações na cotação ora apresentada, ficando a seguradora isenta de garantir o valor do prêmio inicialmente ofertado. Válido somente como estimativa de cotação.

Eventos climáticos: A mudança climática afeta a todos. Tomar medidas preventivas é necessário para reduzir os efeitos dos eventos climáticos e, conseqüentemente, o aumento nos gastos com sinistros. Você sabia que é possível reduzir ou até mesmo prevenir danos relacionados ao clima? No nosso blog [Dicas Auto com a Allianz Brasil](#), você pode descobrir o que fazer e como isso pode ter um efeito positivo na sua cobertura de seguro.

Documentos Obrigatórios:

Vistoria Prévia Obrigatória

Questionário de Avaliação de Risco assinado pelo Proponente.

PROCESSO SUSEP

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Telefone de atendimento ao Público: 0800-021-8484.

As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à SUSEP poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta.

PROCESSO SUSEP: 15414.002516/2004-57.

O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no site www.susep.gov.br.

O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS

A Allianz realiza o tratamento de seus dados pessoais observando a legislação vigente, termos e condições previstos em sua Política de Privacidade de Dados (disponível no site allianz.com.br), bem como adota medidas de segurança aptas a proteger os seus dados pessoais de acessos não autorizados e qualquer forma de tratamento ilícito ou inadequado.

FORTALEZA, 25 de Julho de 2025



Eduard Folch Rue
Presidente Allianz Seguros S.A.

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2025

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 08, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a Sra. **Patrícia Quirico Coimbra**, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 07286748-4 IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 942.767.907-78, eleita, nesta data, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, para ocupar o cargo de Diretora de Gente e Cultura da Companhia, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que a impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 23 de agosto de 2024.

DocuSign
Envelope ID: 922569E5-D3B9-43C3-8384-9BAE4ADC37CC

PATRICIA QUIRICO COIMBRA

Diretora de Gente e Cultura

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **José Rivaldo Leite da Silva**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Designto
Assinatura digital de José Rivaldo Leite da Silva
Data: 02/01/2024 09:30:00
IP: 191.108.164.108
Assinatura digital de José Rivaldo Leite da Silva
Data: 02/01/2024 09:30:00
IP: 191.108.164.108

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA

Diretor Presidente

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Sérgio Kakinoff**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de CEO – Seguros da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Assinado por:
(Data: 02/01/2024)
Assinado por PAULO SÉRGIO KAKINOFF (CPF: 046.046.108-9)
Data da assinatura: 02/01/2024 às 09:30
IP: 191.96.144.101
Assinatura: Paulo Sérgio Kakinoff
Assinatura: Paulo Sérgio Kakinoff

PAULO SÉRGIO KAKINOFF

CEO - Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Luiz Augusto de Medeiros Arruda**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais, possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76 e preenche todos os requisitos legais para o exercício do cargo do qual foi eleito.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 02 de janeiro de 2024.

Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados da Companhia
CPF: 000.000.000-00
Assinatura: Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Data: 02/01/2024
Assinatura: Luiz Augusto de Medeiros Arruda

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA

Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 09h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu a Sra. **Patricia Chacon Jimenez**, membro da Diretoria, eleita na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 05 de dezembro de 2023.



PATRICIA CHACON JIMENEZ

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Domingos de Toledo Piza Falavina**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 08 de novembro de 2023.

DocuSigned by:
Domingos de Toledo Piza Falavina
Assinado por: DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA
CPF: 21417567807
Data/Hora da Assinatura: 04/10/2023 17:46:21 BRT
ICP-Brasil
A:1A5AF00CA14C30615F020050210190

DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceu o Sr. **Paulo Henrique Galleguillos Calderon**, membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, celebrada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

DocuSigned by:
Paulo Henrique Galleguillos Calderon
Assinado por PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON 865693
CPF: 20599122501
Data e Hora da Assinatura: 09/05/2022 14:17:12 GMT
CP
Brasil
3DC0FE23456840205478254388AF23

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON

Diretor

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às 11h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declararam, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, 01216-012, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 30 de março de 2022.

Fundação de
 Roberto de Souza Santos
 Avenida do Rio Branco, 100 - Jd. São Paulo - São Paulo - SP
 CEP: 04134-000
 Telefone: (11) 3041-1000
 E-mail: contato@robertosantos.org.br

Roberto de Souza Santos
 Diretor Presidente

3428,12 3428,12 3428,12
 Assinada por: MARCELO BARROSO PINHEIRO
 CPF: 0045113796
 Data/Tipo de Assinatura: 04/04/2012 08:12:10
 E-mail: marcelo@seguros.com.br
 333 MARCELO BARROSO PINHEIRO

Marcelo Barroso Pinheiro
CEO – Seguros

Desigined By:
 Celso Damadi
 Assinado por: CELSO DAMADI@GMAIL.COM
 CN= CELSO DAMADI
 Data Hora da Publicação: 2006.03.22 18:20:19 GMT
 CIP
 2006.03.22 18:20:19 GMT

Celso Damadi

Diretor Vice-Presidente – Financeiro,

Controladoria e Investimentos

Lene Araújo de Lima
Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional

DocuSigned by:
 José Rivaldo Leite da Silva
 Assinado por: JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA (425244947)
 CPF: 014.202.936-7
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 11:33:33 BRT
 ICP-Brasil
 06AFCF0F51004717A0A0ACD47191730

José Rivaldo Leite da Silva

**Diretor Vice-Presidente – Comercial e
 Marketing**

DocuSigned by:
 Jaime Soares Batista
 Assinado por: JAIME SOARES BATISTA (424141434)
 CPF: 42414143-4
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 09:24:44 BRT
 ICP-Brasil
 26368001A34403B626FC0917B7000

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel

DocuSigned by:
 Luiz Augusto de Medeiros Arruda
 Assinado por: LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA (289147004)
 CPF: 28914700-4
 Signing Time: 20/04/2022 10:20:25 BRT
 ICP-Brasil
 50C07F00A0334D45806905A8C029A0

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Diretor de Marketing

DocuSigned by:
 Eva Vazquez Montenegro Miguel
 Assinado por: EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL (332721362)
 CPF: 06682713-0
 Signing Time: 20/04/2022 16:40:31 BRT
 ICP-Brasil
 A034F0E0C0441829C6F871F22A7055

Eva Vazquez Montenegro Miguel

Diretora de Produção

DocuSigned by:
 Luiz Felipe Milagres Guimarães
 Assinado por: LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES (419494704)
 CPF: 41.949.470-4
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 11:38:29 BRT
 ICP-Brasil
 A0D1F452105049B50A80587483029805

Luiz Felipe Milagres Guimarães

Diretor de Atendimento

DocuSigned by:
 Marcos Rogério Sirelli
 Assinado por: MARCOS ROGERIO SIRELLI (449161801)
 CPF: 74916180-1
 Signing Time: 20/04/2022 11:23:16 BRT
 ICP-Brasil
 0440C3628017405C4899907C0C37C0F

Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação

DocuSigned by:
 Adriana Pereira Carvalho Simões
 Assinado por: ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES (114200916)
 CPF: 11.420.916-6
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 09:22:11 BRT
 ICP-Brasil
 8A7F6A8F402F8028F0C47090033E1814

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretora Jurídica e Riscos

DocuSigned by:
 Marcos Roberto Loução
 Assinado por: MARCOS ROBERTO LOUÇAO (4240445700046)
 CPF: 42.404.457-0
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 11:34:04 BRT
 ICP-Brasil
 1F2316780E54800AF818000500000000

Marcos Roberto Loução

**Diretor Vice-Presidente – Negócios
 Financeiros e Serviços**

DocuSigned by:
 Sami Foguel
 Assinado por: SAMI FOGUEL (06FCF966868C4DB)
 CPF: 06FCF966-8
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 11:32:40 BRT
 ICP-Brasil
 06FCF96686868C4DB

Sami Foguel

Diretor Vice-Presidente

DocuSigned by:
 Fabio Ohara Morita
 Assinado por: FABIO OHARA MORITA (420433274)
 CPF: 42043327-4
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 11:32:40 BRT
 ICP-Brasil
 A03001F4A0B1A0081C4050F000000000

Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico

DocuSigned by:
 Rafael Veneziani Kozma
 Assinado por: RAFAEL VENEZIANI KOZMA (226495170)
 CPF: 22649517-0
 Signing Time: 20/04/2022 08:34:14 BRT
 ICP-Brasil
 8E0407D0A31A40328F818A020A7070E

Rafael Veneziani Kozma

Diretor de Controladoria

DocuSigned by:
 Luiz Vicente Guaranha Lapenta
 Assinado por: LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA (420433274)
 CPF: 42043327-4
 Data/Hora da Assinatura: 20/04/2022 11:32:40 BRT
 ICP-Brasil
 97C0B0E0A00000000000000000000000

Luiz Vicente Guaranha Lapenta

Diretor de Precificação

DocuSigned by:
 Marcelo Sebastião da Silva
 Assinado por: MARCELO SEBASTIAO DA SILVA (4240445700046)
 CPF: 42.404.457-0
 Signing Time: 20/04/2022 11:34:04 BRT
 ICP-Brasil
 B0E7F0E140145F80E1A770D470900A97

Marcelo Sebastião da Silva

Diretor de Serviços

DocuSigned by:
 Jarbas de Medeiros Baciano
 Assinado por: JARBAS DE MEDEIROS BACIANO (4240445700046)
 CPF: 42.404.457-0
 Signing Time: 20/04/2022 11:34:04 BRT
 ICP-Brasil
 8A7F6A8F402F8028F0C47090033E1814

Jarbas de Medeiros Baciano

Diretor de Produto – Ramos Elementares

DocuSigned by:
Carolina Helena Zwarg
Signed By: CAROLINA HELENA ZWARG 2913185817
CPF: 2913185817
Signing Time: 25/04/2022 12:43:35 BRT
ICP-Brasil
F0A4360765BAC8AAAF60770742B

Carolina Helena Zwarg

Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DocuSigned by:
Carlos Eduardo Naegli Gondim
Signed By: CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM 009438021129847219
CPF: 0094380219
Signing Time: 25/04/2022 12:47:44 BRT
ICP-Brasil
79A0290C488484AD48C11C436050AED

Carlos Eduardo Naegli Gondim

Diretor de Produto – Seguros de Pessoas

DocuSigned by:
Izak Rafael
Signed By: IZAK RAFAEL BENADERET 755910183
CPF: 1283333888
Signing Time: 26/04/2022 16:06:38 BRT
ICP-Brasil
580C8E1064844442CE3A368118DCE

Izak Rafael Benaderet

Diretor

DocuSigned by:
Nelson Santos Aguiar
Signed By: NELSON SANTOS AGUIAR 2194810703
CPF: 2194810703
Signing Time: 26/04/2022 16:04:18 BRT
ICP-Brasil
422061031034D766D0270AF1CFA27D4

Nelson Santos Aguiar

Diretor

DocuSigned by:
Tiago Violin
Signed By: TIAGO VIOLIN 25041052687
CPF: 25041052687
Signing Time: 26/04/2022 11:40:29 BRT
ICP-Brasil
83DAB8DCA0D3D7A7A0299A8B6C4C2484

Tiago Violin

Diretor

DocuSigned by:
Marcelo Zorzo
Signed By: MARCELO ZORZO 4125916470
CPF: 4125916470
Signing Time: 27/04/2022 13:06:39 BRT
ICP-Brasil
8401F43C12F401722774314D3A226A

Marcelo Zorzo

Diretor

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 01.198.184/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1459 - Rua Quilanesse, 1338 - Campos Eliseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP



Continuação

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		2.552.441	112.000	62.783	2.224.352	(168.094)	-	4.784.082
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	-	(201.000)	-	-	(201.000)
Aumento/Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 640		112.000	(112.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 707		86.000	-	-	-	-	-	86.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 687		105.000	-	-	-	-	-	105.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 645		10.000	-	-	-	-	-	10.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.021		45.000	-	-	-	-	-	45.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.172		20.000	-	-	-	-	-	20.000
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 8.986		(16.175)	-	-	(1.321)	-	-	(17.496)
AGE de 28 de julho de 2022		-	20.000	-	-	-	-	20.000
AGE de 30 agosto de 2022		-	213.965	-	-	-	-	213.965
AGE de 31 de outubro de 2022		-	135.614	-	-	-	-	135.614
AGE de 29 de dezembro de 2022		-	22.000	-	-	-	-	22.000
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação		-	-	(70.182)	-	-	70.182	-
Outros		-	-	27.673	-	-	-	27.673
Ajuste de períodos anteriores - controladas		-	-	-	(14.011)	-	-	(14.011)
Reconhecimento pagamento em ações controladas/controladas		-	-	-	79.020	-	-	79.020
Ações outorgadas controladas/controladas		-	-	-	(5.429)	-	-	(5.429)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(16.428)	-	(16.428)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	674.800	674.800
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	33.740	-	-	33.740
Reservas estatutárias		-	-	-	369.074	-	-	369.074
JCP (R\$ 0,52 por ação)		-	-	-	-	-	(242.168)	(242.168)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		2.914.266	391.579	20.256	2.466.925	(203.519)	-	5.588.607
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		-	-	-	(577.189)	-	-	(577.189)
Aumento/redução de capital		-	-	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.288		20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.324		213.965	(213.965)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.430		135.614	(135.614)	-	-	-	-	-
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1.448		22.000	-	-	-	-	-	22.000
AGE de 30 de maio de 2023		-	877.473	-	-	-	-	877.473
AGE de 31 de outubro de 2023		-	733.591	-	-	-	-	733.591
AGE de 10 de novembro de 2023		-	(187.150)	-	-	-	-	(187.150)
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 119		(1.094.960)	-	-	-	-	-	(1.094.960)
Reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação		-	-	(28.141)	-	-	28.141	-
Outros		-	-	9.535	-	-	-	9.535
Reconhecimento pagamento em ações controladas/controladas		-	-	-	125.878	-	-	125.878
Ações outorgadas controladas/controladas		-	-	-	(73.298)	-	-	(73.298)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(50.116)	-	(50.116)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.711.072	1.711.072
Proposta para distribuição do resultado		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	30.583	-	-	30.583
Reservas estatutárias		-	-	-	1.050.280	-	-	1.050.280
JCP (R\$ 0,53 por ação)		-	-	-	-	-	(366.950)	(366.950)
Dividendos mínimos e intermediários (R\$ 0,42 por ação)		-	-	-	-	-	(292.000)	(292.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.650	3.021.879	(103.400)	-	6.554.728

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1459 - Rua Quilanesse, 1338 - Campos Eliseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a realização de seguros de danos, pessoais e não pessoais em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da Vertical de Seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob o símbolo PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou a seguinte composição societária (*):

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Rosang Empreend. Participações S.A.	15,8%
Itaúseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Paros Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Bruno Campos Garfinkel	16,3%
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	16,3%
Rosang Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itaúseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaúcard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaúcard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaú - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias

REGRAS DE CONTABILIZAÇÃO E RECONHECIMENTO

Reorganização Societária

O Grupo Porto se reorganizou societariamente em verticais visando aumentar a autonomia e o foco em cada região: Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Seguro, potencializando sinérgias que impulsionem o crescimento das operações. Em 14 de abril de 2023, foi aprovada a cisão dos saldos relativos aos investimentos na Porto Saúde com versão da parcela patrimonial cisão no montante de R\$ 1.094.960 para a Porto Saúde Operações.

Em 30 de maio de 2023 (ratificada em 31 de outubro de 2023), foi aprovado o aumento de capital referente a reorganização societária das investidas Azul Companhia de Seguros Gerais S.A. e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. nos montantes de R\$ 779.000 e R\$ 832.050, respectivamente.

Em 10 de novembro de 2023, foi aprovada a redução de capital referente a reorganização societária da investida Porto Unipar no montante de R\$ 187.150.

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

B. BASE DE PREPARAÇÃO

Em conformidade à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas conforme com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de

Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referenciados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e, portanto, elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2024.

C. CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

D. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

E. PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de voto ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre essas, e quando houver o direito sobre os recursos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas, Azul Cia. de Seguros, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (veja nota explicativa nº 15).

F. NORMAS REGRAS E INTERPRETAÇÕES PARA JCP ADOPTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração conduzirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

Circular SUSEP nº 678/2022

A norma publicada em 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2024 a Companhia desenvolverá um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Além disso, a norma ainda referida o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia, à necessidade de constituição de eventuais reservas a valores recuperáveis.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, aplicação e divulgação do contrato de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliar o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não referenciado pela SUSEP.

G. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de exposto de venda e contrapartidas são classificados como não circulantes. Para os itens patrimonial não vinculados, foram consideradas os valores admitidos no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões técnicas, bem como a provisão de prêmio não ganhos e os custos de aquisição (prêmios, são segregados entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência das prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Plano de Aquisição de Prêmios.

Os saldos são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de restituição/liquidação de saldos após o pagamento do sinistro. Adicionalmente, a partir de julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmio não ganhos entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nos dados de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

H. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2023 alteração nas políticas contábeis relevantes.

I. ATIVOS E PASSIVOS DE VALOR JUSTO

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança no valor.

J. ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia adota a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos ou para os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultados financeiros" no exercício em que ocorrem.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultados financeiros". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (liquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por meio de conversão para permanente ("empimento").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidade de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores regulares das seguintes categorias: "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado (custos de qualquer ponto por redução ao valor recuperável).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotização pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes, controladas com preços e a referência a outros instrumentos que são suficientemente similares, levando o maior

DANIELE GOMES YOSHIDA: 30141081 899



Esta publicação é controlada pelo Estadão e é publicada na íntegra em relação com o conteúdo do Estadão. Sua autenticidade pode ser verificada pelo QR Code ao lado desta página.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.452 - Rua Quarenta e Nove - Campos Elípticos - CEP 01205-001 - São Paulo - SP



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA			
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Presidente	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Danos	CAROLINA HELENA URBANO ZWARG Diretora de Gente e Cultura	CARLOS EDUARDO NAEGLI GONDIM Diretor de Produto - Seguros de Pessoas	PAULO HENRIQUE GALLEGGUOLLO CALDERON Diretor	
PAULO SÉRGIO KAKOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇAO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	JAIME SOARES BATISTA Diretor de Produto - Automóvel	TIAGO VIOLIN Diretor	
PATRICIA CHACON JIMENEZ COO (Chief Operating Officer) - Seguros	SAMI FOQUEL Diretor Vice-Presidente	EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL Diretora de Produção	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor de Produto - Ramos Elementares	DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA Diretor	
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMOES Diretora Jurídica e Riscos	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Atendimento	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor	LUIZ VICENTE GUARANHIA LAPENTA Diretor	
LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	MARCOS ROGERIO SIRELLI Diretor de Tecnologia da Informação	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor	
DANIELE GOMES YOSHIDA - Controladora - CHC 1SP 255783/O-1			BRÁULIO FELICISSIMO DE MELO - Atuário - MBA nº 1518		

Ans.
Diretores, Conselheiros e Aconselhados da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo dos principais pontos contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de seguros
Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 3.10 e 22, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, resgatará provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguro no montante de R\$ 11.058.995 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, anistialidade esperada, desincumbimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigências de adições em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a existência e a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera a possibilidade de sinistralidades catastróficas conforme descrito na nota explicativa nº 3.10.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridas e não ocorridas e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimento dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas externos para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a avaliação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a avaliação de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequação registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Assimilado de tecnologia da informação
A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento das transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das

demonstrações financeiras.
Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles e determinam o processo de auditoria para a definição da abordagem necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles no ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das demonstrações financeiras. Por fim, realizamos testes para avaliar os pontos de controle de governança de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelas autoridades internas que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável por condução da contabilidade da Companhia, incluindo o registro, a avaliação, quando aplicável, os assuntos, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles que têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras.

PERÍODO DOS ATUAIS ANTECEDENTES DESEMPENHO
requerem que a auditoria atual seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossas responsabilidades de expressar opinião referem-se estritamente à atuação na constituição das provisões técnicas e de seus ativos reductores de cobertura financeira relacionada, segundo normas e princípios supracitados, bem como ao planejamento da Sociedade para o cumprimento de capital conforme limites mínimos obrigatórios pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere a qualidade e a valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos reductores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atual envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atual que não apropriados as circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atual.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e as demonstrações de capital mínimo refletem os valores relativos à necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

financeira. Nosso ceticismo é baseado em julgamentos que os usuários das demonstrações financeiras (ii) possuem conhecimentos razoáveis sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (iii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iv) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (v) tomam decisões econômicas judiciais com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejar a auditoria, incluímos julgamentos sobre as distorções que teriam consequências relevantes. Esses julgamentos formam a base para determinarmos (i) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (ii) a identificação e avaliação das áreas de distorção relevante; e (iii) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um valor selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor no qual a auditoria pelo auditor interno (ii) não é considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto possam afetar a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, identificação, análise ou representação de fatos intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos do auditorio apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo auditorio, da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas consequências. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre fundamentamos nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros, podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as circunstâncias transacionais e os eventos de natureza contábil com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das observações significativas de auditoria, inclusive as relativas distorções significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Das situações que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquelas que foram consideradas como mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos essas situações em nosso relatório de auditoria, a menos que, por o regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nossa relatório porque as consequências adversas da comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para a interação pública.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores independentes S/S Ltda.
CNPJ nº 07.000.000/0001-11
Patriarcal da Paulista da Silva 140
Contador CRC-SP18827/O



Ans. Aconselhados e Administradores da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

CNPJ: 61.198.164/0001-60
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos de capital mínimo requeridos dos valores relativos à necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados incluídos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuais auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estatutária sobre as notas auditadas relacionadas no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atual, conduzida de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais relevantes. Estes primeiros atuariais

requerem que a auditoria atual seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossas responsabilidades de expressar opinião referem-se estritamente à atuação na constituição das provisões técnicas e de seus ativos reductores de cobertura financeira relacionada, segundo normas e princípios supracitados, bem como ao planejamento da Sociedade para o cumprimento de capital conforme limites mínimos obrigatórios pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere a qualidade e a valorização da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos reductores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atual envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atual que não apropriados as circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atual.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e as demonstrações de capital mínimo refletem os valores relativos à necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro

Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante não detectados no escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atual, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os riscos selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrados do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência adequada entre os valores relativos à base para aplicação dos itens regulatórios de escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encontrados no SUSEP por meio dos respectivos Dados Regulatórios e FAP (exclusivamente no que diz respeito à cobertura da política de sinistros), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S. CIBA ST
CNPJ 03.801.998/0001-11
Fernando Gatto
Atuário - MBA 947



DANIELE GOMES YOSHIDA:30
141081899

Atuário
CNPJ nº 03.801.998/0001-11
Rua da Consolação, 1.452
São Paulo - SP



Esta publicação foi emitida pelo Estado de São Paulo e é controlada pelo Conselho de Atuária do Estado de São Paulo.
Para autenticação, acesse o site: www.iba.org.br
ou escaneie o código QR no site: www.iba.org.br

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**Balanço encerrado em 31 de dezembro 2023**

(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*).....	13.143.671
Realizável a Longo Prazo – R L P.....	3.391.655
Investimentos, Imobilizado e Intangível.....	4.640.503
Ativo Total – AT.....	21.175.829

Passivo

Passivo Circulante – P C.....	12.129.542
Passivo Não Circulante – P N C.....	2.491.559
Patrimônio Líquido – P L.....	6.554.728
Passivo Total – PT.....	21.175.829

Indicador de Análise Econômico-Financeiro**Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{16.535.326}{14.621.101} = 1,13$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{21.175.829}{14.621.101} = 1,45$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{13.143.671}{12.129.542} = 1,08$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{14.621.101}{21.175.829} = 0,69$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{6.554.728}{14.621.101} = 0,45$$

(*) Montante composto pelo saldo total do ativo circulante, somado ao saldo dos títulos disponíveis para venda no longo prazo. (vide nota explicativa 8.5).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

*Balanço encerrado em 31 de dezembro 2023***Nota explicativa:**

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2023, (vide nota explicativa nº. 8.5), a Companhia considera, para efeito do cálculo de Índice de Liquidez Corrente, que as aplicações financeiras classificadas no longo prazo como títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.746.737 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente pelas características dos papéis, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN-B), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

DANIELE GOMES Assinado de forma digital
por DANIELE GOMES
YOSHIDA:30141 YOSHIDA:30141081899
081899 Dados: 2024.03.14
16:22:51 -03'00'

Daniele Gomes Yoshida
Contador - CRC 1SP 255783/O-1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/02/1966
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada
--

LOGRADOURO AV RIO BRANCO	NÚMERO 1489	COMPLEMENTO RUA GUAIANASES, 1238
-----------------------------	----------------	-------------------------------------

CEP 01.205-001	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
-------------------	-----------------------------------	------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ARQ.EXP@PORTOSEGURO.COM.BR	TELEFONE (11) 2393-6762
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/07/2025 às 16:03:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:40:51 do dia 23/05/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/11/2025.

Código de controle da certidão: **A618.5F6A.6411.9D07**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Endereço: AV RIO BRANCO 489 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/07/2025 a 19/08/2025

Certificação Número: 2025072111260445065814

Informação obtida em 21/07/2025 16:03:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br